



PREFEITURA DE SOBRAL

CONTRATO

Contrato nº **080/2026** - SME

Processo nº P382622/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOBRAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (SME), E A EMPRESA **WR FEIJAO LOCACOES E TRANSPORTE**, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE SOBRAL**, por intermédio da Secretaria Municipal da Educação (SME), situada na Rua Viriato de Medeiros, nº 1250, Centro, Sobral/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Sra. **CIBELLE CONCEIÇÃO RODRIGUES SOUSA**, Secretária Executiva da Educação, nomeada por meio do Ato nº 46/2025 – GABPREF, publicado no DOM nº 1975, de 02/01/2025, pág. 03, inscrita no CPF nº ***.854.983-**, e a empresa **WR FEIJAO LOCACOES E TRANSPORTE**, inscrita no CNPJ nº **17.004.393/0001-04**, com sede na V JOSE RICARDO PONTE LIBERATO, 1075, LOTE L 11-Q13, Bairro JERONIMO PRADO, Sobral - CE, CEP: 62.044-270, neste ato representado pelo Sr. **WESLEY RODRIGUES FEIJÃO**, inscrito no CPF nº 044.***.***-01, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº **PE25004-SME**, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

1.2. A presente contratação decorre da convocação de licitante remanescente do Pregão Eletrônico nº **PE25004-SME**, em razão da rescisão unilateral do Contrato nº **008/2026-SME**, celebrado originalmente com a empresa **AHCOR LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA.**, encontrando fundamento no art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que faculta à Administração convocar os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, observada a ordem de classificação e os critérios previstos nos §§ 2º e 4º do referido dispositivo.

1.2.1. Nos termos estabelecidos no instrumento de rescisão do Contrato nº **008/2026-SME**, embora os efeitos administrativos da rescisão estejam previstos para **20 de setembro de 2026**, a execução dos serviços pela contratada originária será paralisada em **31 de agosto de 2026**, destinando-se o período compreendido entre essa data e 20 de setembro de 2026 exclusivamente à apuração, liquidação e pagamento de eventuais valores pendentes relativos aos serviços regularmente prestados até a paralisação.

1.2.2. Em razão da paralisação da execução dos serviços pela contratada originária em 31 de agosto de 2026, a CONTRATADA assumirá, a partir de **1º de setembro de 2026**,

a execução dos serviços remanescentes do **Lote 01** do Pregão Eletrônico nº **PE25004-SME**, pelo período restante da contratação originária, até **22 de janeiro de 2027**, assegurando-se a continuidade do serviço público de transporte escolar.

1.2.3. Para fins de individualização da presente contratação e de transparência quanto à extensão das obrigações assumidas, a **Cláusula Terceira** deste instrumento apresentará, separadamente:

I – Tabela de Serviços Remanescentes, contendo exclusivamente os quantitativos estimados para execução entre **1º de setembro de 2026 e 22 de janeiro de 2027**, correspondentes ao período ainda não executado do contrato rescindido; e

II – Tabela de Quantitativos do Período Integral, correspondente ao dimensionamento originalmente estabelecido para o respectivo lote no Pregão Eletrônico nº **PE25004-SME**, a ser utilizada como referência exclusivamente para eventual prorrogação contratual, caso preenchidos os requisitos previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

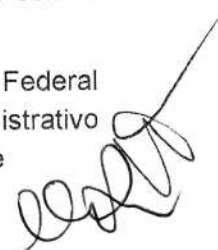
1.2.4. A indicação dos quantitativos integrais na segunda tabela não implica contratação imediata, acréscimo quantitativo ao saldo remanescente, obrigação de consumo, direito adquirido da CONTRATADA ou antecipação de prorrogação, destinando-se exclusivamente a estabelecer, desde o presente instrumento, os parâmetros quantitativos correspondentes a eventual novo período integral de prestação dos serviços.

1.2.5. A contratação inicial da CONTRATADA fica, portanto, limitada aos serviços efetivamente remanescentes do Contrato nº **008/2026-SME**, correspondentes ao período de **1º de setembro de 2026 a 22 de janeiro de 2027**, sem prejuízo da possibilidade de posterior prorrogação do ajuste, em razão da natureza contínua dos serviços, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e desde que atendidas as condições estabelecidas no edital originário.

1.2.6. Ocorrendo a prorrogação, os quantitativos necessários ao novo período de vigência corresponderão à demanda integral estimada para a prestação dos serviços durante o respectivo período renovado, tomando-se como referência a **Tabela de Quantitativos do Período Integral** constante da Cláusula Terceira, não se limitando ao saldo físico correspondente ao período remanescente inicialmente assumido pela CONTRATADA.

1.2.7. A sistemática prevista no item anterior decorre da natureza dos serviços contínuos, uma vez que a prorrogação contratual representa a continuidade da prestação por novo período de vigência, demandando a disponibilização dos veículos e a execução dos serviços durante todo o período prorrogado, razão pela qual os quantitativos correspondentes ao novo ciclo de execução não se confundem com o saldo remanescente existente no momento da celebração deste contrato.

1.2.8. A possibilidade de prorrogação encontra fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ficará condicionada à instrução de procedimento administrativo próprio, no qual deverão ser demonstrados, dentre outros requisitos legalmente





PREFEITURA DE SOBRAL

aplicáveis, o interesse da Administração na continuidade dos serviços, a regularidade da execução contratual, a disponibilidade orçamentária e a manutenção de condições e preços vantajosos para a Administração.

1.2.9. A adoção dessa solução mostra-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e continuidade do serviço público, considerando que o objeto integra o serviço de **transporte escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Sobral**, cuja interrupção pode comprometer o acesso e a permanência dos estudantes nas unidades escolares.

1.2.10. A previsão de eventual prorrogação não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, nem obrigação da Administração de renovar o ajuste, dependendo de decisão administrativa motivada e da demonstração, no momento próprio, do atendimento aos requisitos legais e da vantajosidade da manutenção da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº **PE25004-SME**, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato os “serviços de locação de veículos destinados ao transporte escolar incluindo motorista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, a serem utilizados nos distritos e localidades do Município de Sobral”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA, conforme consta nos autos do Processo nº **P382622/2025**.

3.2. Do (s) LOTE (S) contratado(s):

3.2.1. TABELA I – SERVIÇOS REMANESCENTES DA CONTRATAÇÃO ORIGINAL (CONTRATO Nº 008/2026 – SME – RESCINDIDO)

LOTE 1					
ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QTD – SALDO REMANESCENTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL – SALDO REMANESCENTE
1.1	KM	ARACATIAÇU PROFESSOR II - ARACATIAÇU/PATOS /CARACARÁ/SOBRAL / CARACARÁ/PATOS/AR ACATIAÇU	51.900	R\$ 6,91	R\$ 358.629,00
1.2	KM	PATOS PROFESSOR I - ARACATIAÇU/ PATOS	11.352	R\$ 6,91	R\$ 78.442,32
1.3	KM	TAPERUABA MISTA I - OLINDA/ TAPERUABA	13.640	R\$ 6,91	R\$ 94.252,40
1.4	KM	TAPERUABA MISTA III - BOA VISTA DOS	8.525	R\$ 6,91	R\$ 58.907,75



PREFEITURA DE SOBRAL

		CABECINHAS/ TAPERUABA			
1.5	KM	TAPERUABA PROFESSOR II - TAPERUABA / VASSOURAS / BILHEIRA / OLHO D'ÁGUA DO PAJÉ / SOBRAL / TAPERUABA.	51.900	R\$ 6,91	R\$ 358.629,00
1.6	KM	BILHEIRA MUNICIPIO III - PIRAJÁ/ FLORES/ SANTA ROSA/ OLHO D'ÁGUA DO PAJÉ/ BILHEIRA	20.856	R\$ 6,91	R\$ 144.114,96
1.7	KM	BILHEIRA MUNICIPIO V - EMASÁ/IRACEMA/ OLHO D'ÁGUA DO PAJÉ	15.462	R\$ 6,91	R\$ 106.842,42
1.8	KM	CAIOCA PROFESSOR I - PREFEITURA/ CAIOCA	15.136	R\$ 6,91	R\$ 104.589,76
1.9	KM	RAFAEL ARRUDA PROFESSOR III - SOBRAL/ PREFEITURA/ APRAZÍVEL/ PEDRA DE FOGO/ TORTO/ RAFAEL ARRUDA	23.392	R\$ 6,91	R\$ 161.638,72
1.10	KM	TORTO MUNICIPIO I - BEIRA DA LINHA/ FAZENDA SANHARÃO/ ALTO ALEGRE DO TIBÚRCIO/ PAULO LUSTOSA/ BAIXA DO GABO/ ANGUSTURA/ GONÇALO ALVES/ TORTO	15.090	R\$ 6,91	R\$ 104.271,90
1.11	KM	JAIBARAS PROFESSOR I - SOBRAL/ PREFEITURA/ JAIBARAS/ BARRAGEM	16.512	R\$ 6,91	R\$ 114.097,92
1.12	KM	BARACHO MISTA III - BARACHO/ BAIXA GRANDE/ SANTA LUZIA/ BARACHO	14.467	R\$ 6,91	R\$ 99.966,97
1.13	KM	BONFIM MISTA II - GAMELEIRA/ JORDÃO	10.816	R\$ 6,91	R\$ 74.738,56
1.14	KM	BONFIM PROFESSOR I - JORDÃO / BARACHO / SÃO FRANCISCO / SOBRAL	19.376	R\$ 6,91	R\$ 133.888,16
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 1.993.009,84

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência inicial do presente contrato compreenderá o período de **1º de setembro de 2026 a 22 de janeiro de 2027**, correspondente ao prazo remanescente do Contrato nº **008/2026-SME**, cuja vigência original foi estabelecida pelo período de 12 (doze) meses, compreendido entre **22 de janeiro de 2026 e 22 de janeiro de 2027**.

4.1.1. Considerando que, em razão da rescisão do Contrato nº **008/2026-SME**, ficou determinada a paralisação da execução dos serviços pela contratada originária em **31 de agosto de 2026**, a CONTRATADA assumirá a execução dos serviços remanescentes a partir de **1º de setembro de 2026**, permanecendo o termo final da vigência originariamente estabelecida em **22 de janeiro de 2027**, em observância à natureza da presente contratação como remanescente, nos termos do art. 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Encerrado o período remanescente previsto no item 4.1, o presente contrato poderá ser prorrogado por **12 (doze) meses, a contar de 22 de janeiro de 2027**, mediante termo aditivo, observados os requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, as condições estabelecidas no edital e nos demais documentos integrantes do Pregão Eletrônico nº **PE25004-SME**, bem como a demonstração da permanência da necessidade administrativa e da vantajosidade das condições e dos preços contratados.

4.1.3. Na hipótese de prorrogação prevista no item anterior, serão utilizados os quantitativos correspondentes ao período integral de 12 (doze) meses, conforme estabelecido na **Tabela II da Cláusula Terceira**, não se limitando a execução aos quantitativos remanescentes previstos para o período inicial desta contratação.

4.1.4. A prorrogação contratual não constitui direito subjetivo da CONTRATADA, ficando condicionada à prévia instrução de processo administrativo próprio, à manifestação da autoridade competente e ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

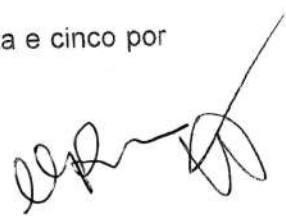
4.2. A eficácia do presente contrato e de seus eventuais aditamentos fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como à publicação no Diário Oficial do Município – DOM, nos termos da regulamentação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução contratual assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual até 75% (setenta e cinco por cento) do valor contratual.





PREFEITURA DE SOBRAL

3.2.2. TABELA II – QUANTITATIVOS DE REFERÊNCIA PARA EVENTUAL PERÍODO INTEGRAL DE PRORROGAÇÃO

LOTE 01 – TIPO DE VEÍCULO: VAN					
ITEM	UND	QTD	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1.1	KM	86.400	ARACATIAÇU PROFESSOR II - ARACATIAÇU/PATOS/CARACARÁ/SOBRAL / CARACARÁ/PATOS/ARACATIAÇU	R\$ 6,91	R\$ 597.024,00
1.2	KM	19.008	PATOS PROFESSOR I - ARACATIAÇU/ PATOS	R\$ 6,91	R\$ 131.345,28
1.3	KM	23.040	TAPERUABA MISTA I - OLINDA/ TAPERUABA	R\$ 6,91	R\$ 159.206,40
1.4	KM	14.400	TAPERUABA MISTA III - BOA VISTA DOS CABECINHAS/ TAPERUABA	R\$ 6,91	R\$ 99.504,00
1.5	KM	86.400	TAPERUABA PROFESSOR II - TAPERUABA / VASSOURAS/BILHEIRA /OLHO DÁGUA DO PAJÉ /SOBRAL /TAPERUABA.	R\$ 6,91	R\$ 597.024,00
1.6	KM	28.512	BILHEIRA MUNICIPIO III - PIRAJÁ/ FLORES/ SANTA ROSA/ OLHO DÁGUA DO PAJÉ/ BILHEIRA	R\$ 6,91	R\$ 197.017,92
1.7	KM	24.192	BILHEIRA MUNICIPIO V - EMASA/IRACEMA/ ÔLHO DÁGUA DO PAJÉ	R\$ 6,91	R\$ 167.166,72
1.8	KM	25.344	CAIOCA PROFESSOR I - PREFEITURA/ CAIOCA	R\$ 6,91	R\$ 175.127,04
1.9	KM	39.168	RAFAEL ARRUDA PROFESSOR III - SOBRAL/ PREFEITURA/ APRAZÍVEL/ PEDRA DE FOGO/ TORTO/ RAFAEL ARRUDA	R\$ 6,91	R\$ 270.650,88
1.10	KM	26.496	TORTO MUNICIPIO I - BEIRA DA LINHA/ FAZENDA SANHARÃO/ ALTO ALEGRE DO TIBÚRCIO/ PAULO LUSTOSA/ BAIXA DO GABO/ ANGUSTURA/ GONÇALO ALVES/ TORTO	R\$ 6,91	R\$ 183.087,36
1.11	KM	27.648	JAIBARAS PROFESSOR I - SOBRAL/ PREFEITURA/ JAIBARAS/ BARRAGEM	R\$ 6,91	R\$ 191.047,68
1.12	KM	19.872	BARACHO MISTA III - BARACHO/ BAIXA GRANDE/ SANTA LUZIA/ BARACHO	R\$ 6,91	R\$ 137.315,52
1.13	KM	18.432	BONFIM MISTA II - GAMELEIRA/ JORDÃO	R\$ 6,91	R\$ 127.365,12
1.14	KM	32.256	BONFIM PROFESSOR I - JORDÃO / BARACHO / SÃO FRANCISCO / SOBRAL	R\$ 6,91	R\$ 222.888,96
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 3.255.770,88



PREFEITURA DE SOBRAL

6.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o

CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.3. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.4. O CONTRATADO apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor global da presente contratação, correspondente exclusivamente aos serviços remanescentes a serem executados no período de **1º de setembro de 2026 a 22 de janeiro de 2027**, é de **R\$ 1.993.009,84 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, nove reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme os quantitativos constantes da **Tabela I da Cláusula Terceira** deste instrumento.

7.1.1. O valor previsto no item 7.1 corresponde ao saldo contratual necessário à execução dos serviços remanescentes do Contrato nº **008/2026-SME**, não se confundindo com o valor global originalmente contratado nem com os valores correspondentes aos quantitativos previstos para eventual período de prorrogação.

7.1.2. Na hipótese de prorrogação contratual, o valor correspondente ao novo período de vigência será apurado com base nos quantitativos aplicáveis ao período prorrogado, conforme a **Tabela II da Cláusula Terceira**, observados os preços unitários contratados, os reajustes legalmente cabíveis e as demais condições previstas neste instrumento, devendo o respectivo valor ser formalizado por meio do competente termo aditivo.

7.1.3. No valor da presente contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, seguros e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto, conforme as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e demais documentos integrantes da contratação.



PREFEITURA DE SOBRAL

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando



PREFEITURA DE SOBRAL

10.3.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.3.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.3.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.3.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

10.3.1.11. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.3.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.3.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a



PREFEITURA DE SOBRAL

houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

10.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

10.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações do CONTRATADO:

10.3.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.3.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.3.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



PREFEITURA DE SOBRAL

utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.3.1.17. Prestar, de forma regular, eficiente e segura, o serviço de transporte escolar, conforme as rotas, horários e demais especificações técnicas previstas no Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pelos veículos e motoristas utilizados na execução contratual, nos termos da legislação vigente, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

- a) Executar, de forma regular, eficiente e segura, o serviço de transporte escolar, conforme as rotas, horários e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- b) Disponibilizar veículos em conformidade com as exigências legais e técnicas, especialmente quanto à capacidade, segurança, conforto, acessibilidade e ano de fabricação, quando exigido;
- c) Apresentar, antes do início da prestação dos serviços, toda a documentação exigida relativa aos veículos e motoristas, incluindo comprovação de regularidade junto aos órgãos competentes (DETRAN, INMETRO, entre outros);
- d) Manter, durante toda a vigência do contrato, veículos e motoristas aptos e autorizados para a execução dos serviços, promovendo substituições sempre que necessário, sem prejuízo à continuidade do serviço;
- e) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato;
- f) Submeter-se à fiscalização e ao acompanhamento da contratante, prestando as informações e os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- g) Atender prontamente às determinações da Administração Pública no que se refere à correção de falhas e irregularidades na execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- 12.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.5.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PREFEITURA DE SOBRAL

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. **Multa de 0,5%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.213/2023, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

12.2.4.2. **Multa indenizatória de 0,5%** (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

12.2.4.3. **Multa de 0,5% a 3,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

12.2.4.4. **Multa de 1,5% a 5,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

12.2.4.5. **Multa de 7,0% (sete por cento)**, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023,



PREFEITURA DE SOBRAL

quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.

12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) **a 10,0%** (dez por cento), por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.213/2023, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;

b) **fornece informação e/ou documento falso**;

12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) **a 10,0%** (dez por cento, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre



PREFEITURA DE SOBRAL

que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro (Federal, Estadual, Municipal), de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

06.01.12.368.0487.2558.33903900.1550000000;

06.01.12.368.0487.2558.33903900.1571000000;



PREFEITURA DE SOBRAL

06.01.12.368.0487.2558.33903900.1553000000;

06.01.12.368.0487.2558.33903900.2550000000;

06.01.12.368.0487.2558.33903900.2571000000;

06.03.12.368.0487.2547.33903900.1540000000;

06.01.12.368.0487.2558.33903900.1500100100.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

18.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

18.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do



PREFEITURA DE SOBRAL

interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

18.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

18.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

18.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

18.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

18.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

18.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.



PREFEITURA DE SOBRAL

18.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

18.12 Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

18.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

18.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

18.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

19.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DE SOBRAL

18.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

18.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

18.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

18.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

18.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

18.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;



PREFEITURA DE SOBRAL

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral, 01 de setembro de 2026.

CIBELLE CONCEIÇÃO RODRIGUES SOUSA
Secretária Executiva da Secretaria Municipal da Educação
CONTRATANTE

WESLEY RODRIGUES FEIJÃO
Representante Legal
CONTRATADA

De acordo:

HIURY MACHADO MELO
Coordenador Jurídico da SME
OAB/CE nº 46.698

TESTEMUNHAS:

1.

2.

REF. Contrato nº 080/2026 - SME